

Faculdades Integradas Barros Melo - AESO

Pós-graduação em Jornalismo Digital

Prof.: Rodrigo Martins Aragão – Novas Tecnologias da Comunicação

Alunos: Elias Roma Neto e Maíra Brandão

Kiriri: a mídia livre em prol da cultura e da cidadania de um povo

Resumo

Partindo do processo de apropriação de comunicação e de tecnologias em aldeias indígenas do Nordeste promovidas pela Rádio Amnésia - um coletivo de ativistas que acredita no acesso aos meios de produção e divulgação de informações como ferramenta de cidadania - buscamos analisar a implantação da Rádio Kiriri, na aldeia situada em Mirandela (BA).

1. Introdução

A palavra comunicação tem diversos significados, dependendo do contexto em que é utilizada. A ideia principal se baseia no ato de transmitir informações ou sentimentos entre indivíduos. Partindo desse princípio, uma pessoa tem o direito de se comunicar e de se expressar, independentemente de qualquer fator que possa influenciá-la, seja étnico, racial, de poder aquisitivo, sexo ou crença. Essas mensagens podem ser produzidas de diversas formas, sejam faladas, escritas ou por meios que tenham acesso a um público maior, como o rádio e a televisão.

A legislação que versa sobre a radiodifusão no Brasil abre espaço para associações comunitárias e fundações terem seu próprio espaço para veiculação de ondas eletromagnéticas através das rádios comunitárias, desde que seja “de baixa potência (25 Watts) e (tenha) cobertura restrita a um raio de 1 KM a partir da antena transmissora¹”. Apesar disso, as comunidades tradicionais e/ou que não têm articulação política, acabam esbarrando nos entraves burocráticos, sendo impedidos de funcionarem legalmente.

Para alguns ativistas, contudo, isto não vem a ser motivo para desistir de propagar outros pontos de vista das informações. Impulsionados pelo conceito de comunicação aberta,

1 Informação do site do Ministério das Comunicações. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/acoes-e-programas/redes-digitais-da-cidadania/170-sem-categoria/22023-radio-comunitaria>> Acesso em: 09 de junho de 2013.

passaram a existir, a partir da década de 20², as rádios livres que, apesar de levarem consigo similaridades com as rádios comunitárias, já que também têm por finalidade divulgar elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade e noticiar os acontecimentos comunitários e de utilidade pública, as rádios livres são questionadoras.

O conceito das emissoras livres, para Felix Guatarri (1986, p. 11, apud PERUZZO, 2009, p. 3) é descrito no prefácio do livro —Rádios livres: a reforma agrária no ar:

as primeiras rádios livres do Brasil foram acolhidas com uma certa reserva. Alguns recearam que sua aparição pudesse servir de pretexto para uma repressão violenta; outros só viram nelas um replay dos movimentos dos anos 60 [belle époque]. [...] O movimento das rádios livres pertence justamente àqueles que o promovem, isto é, potencialmente, a todos aqueles [...] que sabem que não poderão jamais se exprimir de maneira conveniente nas mídias oficiais.³

Desde a legitimidade dos aparelhos jurídicos de regulamentação dos meios de comunicações (wikipedia http://pt.wikipedia.org/wiki/Radiodifus%C3%A3o_livre) - não se submetendo à exigência de concessão pública para transmissão de informações via ondas eletromagnéticas - ao debate e aprofundamento acerca dos temas explorados na programação, passando pelo modelo horizontal de gestão e produção, onde todos podem participar e opinar independente de terem formação específica para a atividade, as rádios livres dispõem-se como meios alternativos de comunicação.

No Brasil, existe a Rádio Amnésia, um coletivo de radioativistas sociais que estimula o acesso a meios de produção e de divulgação, de forma itinerante, para quem geralmente não tem esse contato, visitando cidades que se encontram mais afastadas das capitais, geralmente com perfil indígena, quilombola ou assentamentos rurais, e outros centros urbanos populosos. A ideia é fazer com que o sinal de rádio seja usado para transmitir conhecimento. De acordo com Ronaldo Eli, integrante do coletivo Rádio Amnésia, o grupo atua sob o entendimento de que todos têm “direito à comunicação, independentemente da autorização do Ministério das Comunicações. A rádio se faz através de ondas eletromagnéticas pelo ar, e como todo mundo tem direito ao ar, todo mundo tem direito à comunicação pelo rádio”.⁴

2 PERUZZO, Cícilia M. Krohling. Rádios Livres e Comunitárias, Legislação e Educomunicação, 2009, pág 3.

3 GUATARRI, Felix. Rádios livres: a reforma agrária no ar. In PERUZZO, Cícilia M. Krohling. Rádios Livres e Comunitárias, Legislação e Educomunicação. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2009, p. 3.

4 RÁDIO INDÍGENA: Rádio Amnésia na Bahia de Tumbalalá. Produção Espalha Semente. Bahia. 2011. 9min18s. Color. Port.

Sob essa perspectiva de fazer as informações circularem sem censura e levá-las a lugares cujas vozes não costumam ser ouvidas por boa parte do país, a Amnésia acabou incentivando a instalação de bases permanentes de transmissão em alguns pontos do país, como é o caso da Amnésia Olinda, que funciona no bairro do Guadalupe, e pode ser sintonizada na 89,5 FM, e também da Rádio Indígena Kiriri FM, 88,5, cujo núcleo está situado na Aldeia Mirandela, alcançando toda a comunidade indígena Kiriri. Esta última, que será objeto deste artigo, localizada no Município de Banzaê, no sertão da Bahia, a 296km da capital Salvador.

A apropriação da comunicação e das novas tecnologias pelos Kiriri teve início em meados de 2005, com a instalação de um telecentro pelo programa do Ministério das Comunicações intitulado Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), que junto com iniciativas como o projeto Software Livre pelas Aldeias e Espalha a Semente, possibilitou atividades de formação que começavam pelo reconhecimento e montagem de todo equipamento, adaptações da rede elétrica, instalação de sistema operacional livre e aplicativos.

Após esse momento inicial, ocorreram atividades de etno-mapeamento, onde os indígenas eram estimulados a pesquisarem na internet sobre a sua etnia, identificando os autores das postagens, quem da aldeia os conhecia, se alguém havia escrito ou publicado algo na web, buscando perceber as visões e interpretações de mundo acerca daquele território.

De lá pra cá, a aldeia Kiriri já recebeu e promoveu ações diversas de apropriação da comunicação, através de iniciativas de inclusão digital, produção audiovisual e cineclubismo e etnojornalismo, até chegar na montagem de uma rádio na comunidade indígena. O acesso ao conhecimento sobre como são produzidas e divulgadas as informações e as análises críticas aprofundadas a partir das atividades, acabam por incentivar os nativos a construir redes, compartilhar com outras aldeias as suas dificuldades, denunciar os problemas, pesquisar soluções, lutar por seus direitos, além de prestar serviços para a comunidade contribuindo, assim, para o desenvolvimento da mesma. E são estes os aspectos analisados neste artigo.

Conhecimento e empoderamento

Nas últimas duas décadas é possível observar, de maneira acelerada, a forte mudança no cenário da comunicação, não apenas no que tange à inovação tecnológica, mas também na forma como os usuários apropriaram-se socialmente das tecnologias da informação e comunicação, consequentemente construindo novos processos de mediação.

O compartilhamento de conhecimento e a intensificação da participação do cidadão comum na produção de conteúdo alterou radicalmente o panorama de detentor da notícia do centro emissor, pulverizando o modelo tradicional de difusão da notícia, descrito por Bowman e Willis (2003) como jornalismo participativo:

o ato de um cidadão ou grupo de cidadãos, assumindo um papel ativo no processo de coletar, reportar, analisar e disseminar notícias e informações. O objetivo dessa participação é oferecer as informações independentes, confiáveis, acuradas, amplas e relevantes que uma democracia requer. (BOWMAN; WILLIS, 2003, p. 9 apud MARTINS, 2012, p. 28)⁵

O ato de tomar para si a responsabilidade de produzir e a conquista da credibilidade de um papel importante na construção democrática, a partir de novas modalidades de emissão livre e cooperação não se limita ao jornalismo e transborda para as áreas técnicas, sociais, culturais, intelectuais e econômicas, reforçando a hipótese de Jenkins:

“Isso é o que se afirmava que iria ocorrer como consequência inevitável da revolução digital: a tecnologia colocaria as mãos de pessoas comuns, para sua expressão criativa, ferramentas de baixo custo e fáceis de usar. Derrube as barreiras da participação e forneça novos canais de publicidade e distribuição, e as pessoas irão criar coisas extraordinárias.” (JENKINS, 2009, p. 211)

A reconfiguração nas formas como se dão a transmissão de conhecimento a partir de uma generosidade intelectual coletiva é também pontuada por Pierre Lévy:

A questão da técnica ocupa uma posição central. Se por um lado conduz a uma revisão da filosofia política, por outro incita também a revisitar a filosofia do conhecimento. (...) Vivemos hoje uma redistribuição da configuração do saber que se havia estabilizado no século XVII com a generalização da impressão. Ao desfazer e refazer as ecologias cognitivas, as tecnologias intelectuais contribuem para fazer derivar as fundações culturais que comandam nossa apreensão do real. (Lévy, 1994, pág 5)

5 BOWMAN, Shane; WILLIS, Chris. **We Media: How audiences are shaping the future of news and information** 2003. In: MARTINS, Rodrigo Aragão. O leitor na notícia: Participação no jornalismo, normatização e alargamento do campo mediático. Salvador: UFBA, 2012, p. 28.

Interferências na realidade cotidiana

Através da Rádio Amnésia os kiriris tiveram oficinas com abordagens diversas sobre o funcionamento de uma rádio, com aprendizados a respeito da organização de uma programação, elaboração de conteúdo, streaming (transmissão ao vivo pela internet), edição, webrádio e operação técnica. Em 2012, o programa cultural do Banco do Nordeste financiou o projeto da RádioWeb Kiriri, o que possibilitou a compra dos equipamentos de transmissão e produção da emissora. A iniciativa, que prevê a veiculação via web, garantiu também a realização de oficinas técnicas de edição de áudio com softwares livres, produção de vinhetas e programas radiofônicos, além de debates sobre propriedade intelectual e o licenciamento dos conteúdos produzidos.

A rádio funciona diariamente, das 06h às 22h, e a programação é coordenada pelos próprios indígenas, que além da programação musical - do toré ao gênero sertanejo - divulgam informações de interesse público sobre o cotidiano do povoado. De acordo com Sérgio Melo⁶, coordenador do projeto Rádio Kiriri, “a ideia é que a partir do momento de formação que vai acontecer ainda esse ano, a programação se diversifique”.⁷

Sérgio explica que a rádio indígena surgiu a partir da constatação de que “existe um vazio muito grande na comunicação do Brasil quando se trata das comunidades indígenas e tradicionais”. O jornalista esclarece o conceito basilar do veículo:

Os meios de comunicação são instrumentos de existência, que servem muitas vezes para o reforço da identidade, mas servem também para que os indígenas possam falar com sua própria voz das necessidades pelas quais passam. Então a rádio surge também dessa necessidade interna, de colocar sua cultura e identidade, mas também dos problemas que sofrem diariamente, do preconceito pelo qual passam as comunidades indígenas pelo desconhecimento de o que é ser índio, de o que é ter essa identidade brasileira. (...) as famílias instaladas ali vivem de suas práticas e costumes ancestrais, vivem da terra, mantêm sua cultura viva através do toré, do culto às suas tradições, e agora, com o projeto da rádio, vão conseguir integrar um pouco dessa cultura com o projeto da comunicação⁸

Apesar de ainda não estar na web, a emissora é chamada de webrádio para facilitar as formas de captação de recursos para sua estruturação, principalmente via editais. Com um

6 As entrevistas estão anexadas ao artigo.

7 Não houve tempo hábil para que recebêssemos respostas dos índios que fazem a Rádio.

8 Sérgio Melo, em entrevista à Rádio Educadora da Bahia. Disponível em: <https://soundcloud.com/kiriri/radiokiriri-multicultural/>>. Acesso em: 09 de junho de 2013.

transmissor de 50 watts de potência, a rádio atinge toda a área demarcada dos Kiriris, que engloba cerca de 10 aldeias e cinco mil indígenas.

As oficinas de formação com os indígenas proporciona, cada vez mais, a familiarização com o processo de produção radiofônica. E mais do que incentivar o repasse da mensagem na própria aldeia, também a eleva a outro nível. Faz com que a mensagem dos índios fique ao alcance de todo o mundo, por meio da internet. Os programas são gravados, hospedados na plataforma de distribuição de áudio SoundCloud e divulgados no blog da Rádio⁹. Interessante observar que nos registros do SoundCloud existe não apenas o conteúdo relativo à Rádio Kiriri, mas também outras produções em áudio como gravações do toré e composições dos parentes, em ritmo de hip hop, abordando os problemas vivenciados pelos índios no convívio social com o homem da cidade.

A divulgação do projeto é realizada com a ajuda do Espalha a Semente, iniciativa que tem como objetivo promover a comunicação e a cultura indígena de forma digital, adaptando as tecnologias possíveis às realidades das aldeias. O material amador é produzido e divulgado de forma forte pelas plataformas disponíveis na web, integrando diversos povos, regiões e culturas, com a facilidade de uma navegação pela rede. O alcance é ampliado com o uso de plataformas e redes sociais como Facebook, YouTube e Wordpress.

A integração desses canais promove sensibilização e diálogo acerca da temática indígena, bem como fornece outros pontos de vista e incentiva a produção de conteúdos próprios. Apesar da diversidade de suportes midiáticos disponíveis, a frequência das publicações tem uma lógica distinta, como explica Thaís Brito: “Na Aldeia Kiriri tem um telecentro e a rádio funcionando no mesmo espaço. Mas a ideia de tempo, que poderia levar a uma periodicidade, é bem diferente. Eles não mantêm uma frequência de publicações na internet, mas tem um ambiente de comunicação na aldeia que dá suporte a isso (mídia livre)”.

Para Thaís Brito, integrante do projeto da rádio indígena Kiriri, a emissora “é uma experiência que colabora com a diversidade na comunicação brasileira, possibilita que outras pessoas tenham notícias do indígenas kiriri através do site e de redes sociais da rádio. Para a aldeia, (representa) a possibilidade de se comunicar, sem intermediários, a partir de suas próprias expressões e necessidades”.

⁹ <http://radiokiriri.wordpress.com>

Rádios em comunidades indígenas são comuns na América Latina. Dependendo do país e da localidade, o uso pode ser incentivado pelo Governo, como é no caso do México, onde existe a Comissão Nacional para o Desenvolvimento de Povos Indígenas (CDI, pelas iniciais em espanhol). Dessa forma, há o financiamento de mais de 20 estações de rádio que fazem transmissões em 31 línguas indígenas, sendo uma das mais conhecidas a XETLA-AM. (MCELMURRY, 2009). Essa atividade é maior no estado mexicano de Oaxaca, onde existem 15 grupos indígenas diferentes.

O Índice de Desenvolvimento Humano – elaborado pela Organização das Nações Unidas – indica que Oaxaca está em 30º lugar de 31 estados mexicanos em termos de marginalização. O uso da rádio acabou sendo importante no combate ao isolamento geográfico dos índios, promovendo, principalmente, a preservação cultural, mantendo o dinamismo das línguas nativas em um local onde as taxas de alfabetização são baixas. O fato de o rádio ser um dispositivo de comunicação relativamente barato e cujo sinal alcança longas distâncias ajuda.

Em toda a história Mexicana, o rico mosaico de culturas indígenas tem sido a base de resistência e sobrevivência. Para muitas comunidades indígenas contemporâneas, o isolamento geográfico e a marginalização social estão erodindo as suas línguas e culturas, marcando o estágio final de uma sequência de eventos que tornaram os indígenas mexicanos uma das populações pobres e mais excluídas no mundo. Ao dar "voz" aos "sem voz" – em sua própria língua – os programas de rádios comunitárias conseguem apoiar o desenvolvimento e os esforços de revitalização cultural nas comunidades indígenas. (MCELMURRY, 2009)

Por outro lado, Thaís chama a atenção para a dificuldade de adequação da legislação brasileira ao cenário “em que o direito à comunicação é submetido a restrições legais e perseguições de toda ordem”. No Brasil, apesar de a legislação vigente para radiodifusão comunitária normatizar a instalação de emissoras e a veiculação de programas em rede à cabo, não há lei que regule o funcionamento de antenas em território indígena. Em seu artigo *Tem Maracá na frequência* (2012)¹⁰, Thaís elenca algumas dificuldades, práticas e jurídicas, enfrentadas para a difusão de conteúdo na comunidade, dentre elas “a limitação (legal) do alcance da transmissão para um raio de mil metros em torno da antena” como elemento que

10 BRITO, Thaís. *Tem Maracá na frequência*. Bahia, 2012. Disponível em: <<http://radiokiriri.wordpress.com/2012/11/19/radio-kiriri-fm-885-tem-maraca-na-frequencia/>>. Acesso em 03 de junho de 2013.

“inviabiliza a comunicação na maioria das comunidades indígenas que são divididas em diferentes aldeias, espalhadas pelo território que geralmente ultrapassa esse raio”.

“A Rádio Kiriri, nesse contexto, é uma rádio livre e, não há uma legislação específica sobre esse uso em territórios autônomos de comunidades tradicionais, como são as aldeias indígenas”, explica Thaís. A ausência de uma política pública que favoreça essa modalidade comunicativa estimula o debate sobre a democratização da comunicação na aldeia: “Por fim, quando a radiodifusão comunitária é praticada pelas próprias comunidades indígenas em suas terras o Estado pode intervir na forma de ocupação do território indígena?”.

No Brasil, a Rádio Kiriri não está sozinha no trabalho com as comunidades indígenas. Um exemplo que já foi tema de estudo é a Rádio Cacique Fongue FM, que funciona na Reserva do Guarita, localizada na região Noroeste do Rio Grande do Sul. Ela abriga sete mil e quinhentos índios caingangues e cerca de trezentos guaranis em um território de 24 mil hectares que abrange os municípios de Tenente Portela, Miraguaí, Redentora e Erval Seco. Na apresentação, a Guarita se gaba de ser a primeira reserva indígena do Brasil a ter uma rádio comunitária em terras habitadas por índios, tendo sido inaugurada em 19 de abril de 2006 pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

O trabalho da Cacique Fongue FM também facilitou a comunicação entre os diferentes setores da reserva – antes, tudo era na base da fala, fosse a língua portuguesa ou as nativas. E o benefício não foi apenas no que diz sentido às informações internas, mas também às externas, diminuindo o distanciamento dos índios das questões levantadas pela Funai. As transmissões, no entanto, esbarram em questões de cunho material e, principalmente, de técnicas de locução e produção de material (como vinhetas e boletins). Estes problemas motivaram duas alunas da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul a produzir um projeto experimental em que ministraram seis oficinas de capacitação em rádio para os locutores indígenas da emissora.

(...) há dois anos no ar, a Cacique Fongue está operando com equipamentos básicos de transmissão e sentindo o peso de não receber ajuda. Todos que lá trabalham podem ser considerados heróis, pois até então nunca haviam se deparado com microfones e equipamentos de transmissão, fazendo uma programação totalmente aberta e voluntária, sem nenhum conhecimento básico de rádio. E por entender que trabalhar com comunicação exige técnica e ética, principalmente quando se trabalha com a palavra levada ao público, é que este projeto experimental pretende trabalhar com a realização de oficinas para que locutores e direção tenham um conhecimento mais amplo a respeito

da prática radiofônica, tornando mais qualificadas as atividades diárias na rádio. (ARMANJE; RADDATZ, 2009).

Além de promover a cultura e facilitar o repasse de informações na comunidade – principalmente às que dizem respeito a saúde, questões financeiras e ambientais –, as rádios livres abrem espaço para opinião e divergência de ideias, gerando uma espécie de palco em que pode ser praticado jornalismo e crítica.

Conclusão

Na perspectiva de assegurar e garantir seus direitos básicos através do uso de ferramentas tecnológicas, as comunidades indígenas acabam por perceber seu papel cidadão e assumir uma postura de fiscais dos projetos e planos de governo que os beneficiam, fazendo com que cada aldeia tenha mais autonomia sobre o que acontece ali, podendo planejar, opinar e adaptar a cada realidade. Essa autonomia e possibilidade de dialogo direto com os projetos e seus executores traz gradativamente uma melhor qualidade de vida para as pessoas das comunidades e ainda permiti que aprendam como se organizar para continuidade desses projetos, para conseguirem mais incentivos e firmar as ações em suas localidades.

<http://relou.wikispaces.com/software+livre+nas+aldeias>

REFERÊNCIAS

MCELMURRY, Sara - **Rádios Comunitárias Indígenas no México**. 2009. Disponível em:
<http://www.cipamericas.org/pt-br/archives/1716>

TALENS, Antoni Castells - **¿Ni indígena ni comunitaria? La radio indigenista en tiempos neoindigenistas**. Junho, 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-252X2011000100006

ARMANJE, Micheli Rabaioli; RADDATZ, Vera Lucia S. **Práticas Radiofônicas na Reserva do Guarita**. 2009. Disponível em:
<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2009/expocom/EX16-0543-2.pdf>

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre, 2002.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. 2ª ed. SÃO PAULO: Aleph, 2009.

MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. **Rádios livres: a reforma agrária no ar**. Brasiliense, 1986.

ARMANJE, Micheli R.; RADDATZ, Vera Lucia S. O Rádio como forma de valorização da Cidadania e da Cultura Indígena. Rio Grande do Sul: Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2009.

MACÊDO, Sílvia Michele. Educação por outros olhares: aprendizagem e experiência cultural entre os índios Kiriri do sertão baiano. Salvador: UFBA, 2009.

LÉVY, Pierre; DA COSTA, Carlos Irineu. **tecnologias da inteligência**, As. Editora 34, 2004.

CARDOSO, Gustavo; ESPANHA, Rita; ARAÚJO, Vera. Da comunicação de massa à comunicação em rede. **Porto: Porto Editora**, 2009.

LEMOS, André. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre, 2002. 25-38

PERUZZO, Cecília M. Krohling. Rádios Livres e Comunitárias, Legislação e Educomunicação. **Revista Electrónica Internacional de Economía Política de las Tecnologías de la Información y la Comunicación**, v. 11, n. 3, 2011.

COLETIVO Rádio Amnesia. Disponível em: <http://radioamnesia.wikispaces.com/home>

Ciberespaço e Tecnologias Móveis. Processos de Territorialização e Desterritorialização na Cibercultura, André Lemos, pág 4

<http://nordestelivre.wikispaces.com/>

<http://radioamnesia.wikispaces.com/home>

<http://kiriri.wordpress.com/>

<http://nucleoescolarpovokiriri.blogspot.com.br/>

Um pouco da história dos Kiriri de ribeira do pombal, na Bahia

<http://www.indiosonline.net/um-pouco-da-historia-dos-kiriri-de-ribeira-do-pombal-na-bahia/>

<http://relou.wikispaces.com/software+livre+nas+aldeias>